Ano XI - Nº 4.482

Quinta-feira, 12 de Março de 2015

CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR

DIÁRIO OFICIAL DO LEGISLATIVO

Câmara instala Comissão da Mulher

"Vamos levantar alto a bandeira das mulheres", afirmou a presidente Aladilce Souza

Foto: Reginaldo Ipê



Com a presença da presidente do Conselho Municipal da Mulher, Madalena Noronha, da superintendente de Políticas para Mulheres, Monica Passos, e da representante da Secretaria Estadual de Políticas para as Mulheres, Carla Ramos, foi instalada na Câmara Municipal de Salvador a nova composição da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, presidida pela vereadora Aladilce Souza (PCdoB). Em pauta políticas públicas para o segmento, com ênfase para o combate à violência doméstica. No Mês da Mulher, o colegiado promove sessão regimental dia 27 de março para debater o papel da mulher na sociedade e a reforma política brasileira.

Leia mais na página 3

CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR

Criado pela Lei 4.429 de 19 de novembro de 1991

Presidente:
Paulo Câmara
paulocamara@cms.ba.gov.br

1º Vice-Presidente:
Geraldo Júnior
geraldojunior@cms.ba.gov.br

2º Vice-Presidente:
Claudio Tinoco
claudiotinoco@cms.ba.gov.br

3º Vice-Presidente:
Isnard de Araújo
isnardaraujo@cms.ba.gov.br

1º Secretário:
Kiki Bispo
kikibispo@cms.ba.gov.br

2º Secretário:
Orlando Palhinha
palhinha@cms.ba.gov.br

3º Secretário:
Alfredo Mangueira
alfredomangueira@cms.ba.gov.br

4º Secretário:
J. Carlos Filho
jcarlosfilho@cms.ba.gov.br

Corregedor-Geral:
Edvaldo Brito
edvaldobrito@cms.ba.gov.br

Ouvidor-Geral:
Henrique Carballal
henriquecarballal@cms.ba.gov.br

Ouvidora-Substituta:
Cátia Rodrigues
catiarodrigues@cms.ba.gov.br

Secretaria de Comunicação

Secretário-Chefe
Osvaldo Lyra
osvaldo.lyra@cms.ba.gov.br

(71) 3321-3918
(71) 3320-0380 (fax)
www.cms.ba.gov.br
imprensacms@cms.ba.gov.br
imprensacms@gmail.com

Siga a CMS no twitter!
www.twitter.com/camarasalvador

TV Câmara Salvador Canal 10 do Sim TV
Câmara Municipal de Salvador Praça Municipal - CEP 40020-010
Salvador – Bahia – Brasil

ISO 9001 BUREAU VERITAS Certification

"Que Bom Te Ver Viva" encerra projeto Curta Cinema

Violência contra mulher e ditadura militar no Brasil foram temas de debate

Com a exibição do filme "Que Bom Te Ver Viva", a Câmara Municipal encerrou na quarta-feira (11), pela manhã, o projeto Curta Cinema. Realizado no auditório do Centro de Cultura e em parceria com a 9ª Mostra Cinema e Direitos Humanos no Hemisfério Sul, a ação buscou expandir o olhar crítico dos convidados sobre questões sociais. Além do curta-metragem, o último dia foi marcado por um debate sobre a violência contra a mulher e a ditadura militar no Brasil.

Segundo Celina de Almeida, gerente do Centro de Referência Loreta Valadares, o filme aborda um universo muito maior do que o imaginado. "O documentário escancara o sofrimento das mulheres na ditadura, uma violência que poucos conhecem. Precisamos gritar e nos solidarizar com o próximo. É através de discussões como essa que daremos a importância necessária que a mulher merece", defendeu.

Fotos: Valdemiro Lopes



Público assiste ao filme "Que Bom Te Ver Viva"

Luta não acabou

Na visão de Patrícia Ramos, integrante do Conselho da União Brasileira de Mulheres, a luta das mulheres não acabou. "É uma pena não ter conseguido mobilizar um número maior de pessoas para resgatar essas histórias, pois, a qualquer momento, isso pode se repetir", afirmou.

Ela ressaltou ainda que o ponto chave para essas mulheres seguirem em frente foi por conta da geração de uma vida. "O fenômeno da criação, de ter um filho, resgatou as forças que muitas acreditavam não ter mais", completou.

O professor de judô Marcos Santos, do projeto Arte Sem Fronteiras, se solidarizou com os dramas enfrentados pelas mulheres. "Nasci em 1961 e vivi a época da ditadura. Para nós homens era fácil, mas as mulheres viviam com medo na rua. Temos que refletir e mostrar para a juventude o que foi aquele tempo, para que isso não se repita", declarou.

Sinopse

"Que Bom Te Ver Viva", de Lúcia Murat, 1989. Duas décadas depois, oito ex-presas políticas falam sobre a luta e as torturas vividas durante o regime militar brasileiro e a experiência de ter sobrevivido. Entre os depoimentos, delírios e confissões de uma personagem anônima que reflete sobre o peso de ter sobrevivido lúcida às torturas.

Livros didáticos enriquecem acervo da Biblioteca Manuel Querino

Obras são fundamentais para quem busca o aprimoramento intelectual

O rico acervo da Biblioteca Vereador Manuel Querino, da Câmara Municipal de Salvador, já conta com um bom número de livros didáticos das áreas de matemática, física, geografia, história, língua portuguesa e biologia. As obras estão disponíveis para consultas e empréstimos para os servidores cadastrados.

O livro didático é valioso recurso para o acesso à cultura e o desenvolvimento da educação. O acesso gratuito à obra didática na Biblioteca Vereador Manuel Querino tem ajudado os servidores que buscam o aprimoramento intelectual.



Livros didáticos são os primeiros passos para o saudável hábito da leitura

Em muitos lares, o livro didático pode ser comparado ao primeiro passo de uma longa caminhada para o saudável hábito da leitura e do aprendizado.

Comissão da Mulher discute políticas públicas

O Dia Internacional da Mulher foi tema da reunião do colegiado

A Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher foi instalada na tarde de terça-feira (10), no Salão Nobre da Câmara Municipal de Salvador, presidida pela vereadora Aladilce Souza (PCdoB). A presidente do Conselho Municipal da Mulher, Madalena Noronha, a superintendente de Políticas para Mulheres, Monica Passos e a representante da Secretaria Estadual de Políticas para as Mulheres, Carla Ramos, também participaram da reunião.

Fotos: Reginaldo Ipê



Na ocasião, a mesa teve a oportunidade de compartilhar ideias e ações a respeito de políticas para as mulheres. A vereadora Aladilce disse que o objetivo da Comissão é ouvir o Executivo e dialogar para definir a agenda de trabalho. "Vamos levantar alto a bandeira das mulheres", afirmou.



A vice-presidente do colegiado, vereadora Cátia Rodrigues (PROS), falou que a Comissão vai apoiar os projetos que beneficiem as mulheres e será contra qualquer tipo de discriminação. "A mulher deve procurar os órgãos para se defender. Que não fique calada quando sofrer violência", declarou.

O feminicídio como crime, a Ronda Lei Maria da Penha, a presença feminina na política e a geração de emprego para as mulheres, principalmente as com idade acima de 40 anos, foram temas abordados pela vereadora Vânia Galvão (PT). "É importante pautar assuntos que garantam políticas públicas para as mulheres", defendeu.

"Todas as formas de coibir a violência são válidas. Temos que ser sensíveis às necessidades das mulheres", afirmou Madalena Noronha.

Também estiveram presentes as vereadoras Ana Rita Tavares (PEN) e Kátia Alves (DEM), e os vereadores Leandro Guerrilha (PSL), Hilton Coelho (PSOL) e Gilmar Santiago (PT).

Ainda no mês de março, dia 27, haverá uma sessão especial em comemoração ao Dia Internacional da Mulher (8 de março), que discutirá o papel da mulher na sociedade e a reforma política brasileira.

"Câmara vai de bike" recebe apoio de ciclistas

Vereador Everaldo Augusto quer regulamentação da lei do Sistema Cicloviário de Salvador

A campanha "Câmara vai de bike", criada pelo vereador Everaldo Augusto (PCdoB) para cobrar do prefeito a regulamentação da Lei nº 8040, de 19/07/2011, que instituiu o Sistema Cicloviário de Salvador e prevê a integração com o transporte público, recebeu apoios na tarde de terça-feira (10).

Ciclistas de vários grupos percorreram, junto com o vereador, o trajeto da Igreja da Vitória à Câmara Municipal. A ideia do vereador é que uma vez por semana o caminho até a Casa Legislativa seja feito de bicicleta, de forma a atrair a atenção da sociedade e dos demais vereadores para o meio de transporte limpo, saudável e barato.

A primeira atividade ocorreu dia 2, com saída do Campo Grande e chegada à Praça Municipal. "Esperamos que a prefeitura sancione logo a lei para que possamos pedalar mais tranquilos nas ruas da cidade. Para que tenhamos bicicletários em supermercados, hospitais, farmácias, shoppings, dentre outros, e acessibilidade, que é o que precisamos", afirmou Maurício Cruz, da Associação dos Bicicleteiros da Bahia (Asbeb).

Foto: Assessoria do vereador



Vereador Everaldo Augusto circula de bicicleta até a Câmara

Grupos de ciclistas

Participaram ciclistas do Grupo de Ciclismo de Narandiba, do Pró Bike e do Itapagipe do Pedal. "Nosso objetivo é mobilizar os ciclistas de Salvador em torno de algumas reivindicações. A principal delas é a regulamentação do Sistema Cicloviário Municipal, que foi aprovado pela Câmara e até hoje não foi regulamentado, gerando muitas irregularidades na cidade e vitimando ciclistas.", disse o vereador.

Na segunda-feira (9), em reunião com a procuradora-geral do Município, Luciana Rodrigues Vieira, o vereador Everaldo Augusto tratou do assunto. "A procuradora-geral informou que não recebeu demandas nem questionamentos sobre a lei. Portanto, não há obstáculos jurídicos. Se houvesse a lei não seria sancionada. Teremos ainda audiências com o secretário de Projetos Especiais, Jorge Khoury, e com o secretário de Transportes, Fábio Mota", destacou.

Sílvio Huberto denuncia atraso em posto de saúde do Calabetão

Vereador lembra que obras foram anunciadas para maio de 2014 e até hoje não começaram

Quase um ano após o anúncio das obras de reforma do posto de saúde do Calabetão, até hoje os serviços não foram iniciados. De acordo com o vereador Silvio Humberto (PSB), o funcionamento da unidade é precário e gera transtornos à comunidade. Ao visitar o local, ele constatou que a placa que indica o início das obras está com data de 26 de maio de 2014 e deveria ter sido entregue em dezembro do ano passado.

Além do atraso das obras, o socialista afirma que faltam pediatras na unidade básica de saúde.

"Anunciam aos quatro ventos que Salvador está no azul e grandes obras estão sendo divulgadas, mas nas áreas que sempre foram contempladas. É preciso atender as demandas do povo, dos bairros populares. Medidas simples podem causar grandes impactos em suas vidas. Serviço de saúde é prioridade em qualquer gestão que se preze. Existe o discurso de cuidado com a coisa pública e o que conferimos no Calabetão foi o completo descaso. Vamos acompanhar e verificar quando essas obras serão iniciadas e o posto possa oferecer atendimento digno aos moradores", afirmou Sílvio Humberto.



Fotos: Reginaldo Ipê

Vereador Silvio Humberto

CMEI de Plataforma ocupará terreno histórico

Desapropriação da antiga fábrica Fagipe, sugerida por Palhinha, foi publicada pela prefeitura

Plataforma receberá um Centro Municipal de Educação Infantil a ser construído na área onde funcionava a antiga fábrica Fagipe. A desapropriação do terreno foi publicada no Diário Oficial do Município em sua edição do dia 4 de março, através do Decreto nº. 25.844, de 3 de março de 2015.

Satisfeito com a desapropriação, o vereador Orlando Palhinha (DEM), que apresentou em 2014 o Projeto de Indicação nº 4.958/2014 solicitando à prefeitura de Salvador que destinasse função social para a área, lembrou que "Plataforma tem uma importante contribuição para a história de Salvador".

Segundo ele, a comunidade do bairro merece ver a requalificação da área onde existia uma fábrica que gerava emprego e renda para milhares de moradores da região: "A iniciativa da prefeitura, atendendo uma indicação desta Casa Legislativa, demonstra que o Executivo está beneficiando toda a cidade de Salvador e ouvindo seus representantes".

O Decreto de Desapropriação prevê a construção de um Centro Municipal de Educação Integrada que beneficiará estudantes da região, uma das mais densamente ocupadas de Salvador.

Palhinha avalia que o investimento realizado pelo poder municipal em educação se reflete diretamente no futuro das famílias de Salvador. E defende: "Propiciar uma educação mais sólida desde a infância é investir em cidadãos mais preparados para contribuírem com o futuro de Salvador. Além deste fato, é desejável que pais e mães possam confiar seus filhos a escolas modernas que, além de segurança e conforto, assegurem educação de qualidade".



Vereador Orlando Palhinha

Um pouco de história

Caminhar pela Rua Almeida Brandão, em Plataforma, segundo o vereador Palhinha, leva o observador a uma viagem pela história da industrialização do Brasil. "Ali, no calmo logradouro que oferece aos seus moradores uma bela vista da Enseada dos Tainheiros, funcionaram as primeiras fábricas de tecidos e calçados da Bahia e uma das primeiras do Brasil", relembra.

Em 1860, o empresário Almeida Brandão aterrou uma parte da praia da Enseada dos Tainheiros e construiu, com mão de obra escrava, uma usina que passou a se chamar Fábrica Xagrins. Ali eram fabricados chinelos de couro, distribuídos para mercados e comerciantes da região. Posteriormente fabricaram-se meias e tecidos, e se destacou por ser a primeira fábrica têxtil da Bahia. Uma ampliação da fábrica foi feita e passou a se chamar Fábrica São Braz, em homenagem ao padroeiro da fazenda.

A fábrica passa a ser de Bernardo Catharino em 1932 e em 1942 foram construídos outros galpões. A fábrica São Braz tinha 3.000 empregados e foi a primeira fábrica do Subúrbio Ferroviário.



Foto: Site Plataformadigital

Ruínas da Fagipe

J. Carlos Filho requer Jari para rodoviários

Junta Administrativa de Recursos de Infrações busca solução para excesso de multas injustificadas

O vereador J. Carlos Filho (PT) encaminhou à Mesa Diretora da Câmara Municipal uma proposta que visa beneficiar os rodoviários. O Projeto de Lei de nº 19/2015 requer a criação da Junta Administrativa de Recursos de Infrações (Jari) especifica para os rodoviários.

A Jari para os rodoviários, afirma o autor da proposta, busca solução para o excesso de multas injustificadas aplicados na categoria. "Muitas multas são causadas por falha na infraestrutura e é preciso ter critérios específicos na avaliação destas infrações", avaliou.

Ainda na proposta, indicou que o Sindicato dos Rodoviários preste apoio à Jari. "A ideia é trabalhar, também, para que os problemas observados nas autuações e apontados nos recursos sejam estudados para que não se repitam sistematicamente", pontuou.

A Jari específica para os rodoviários seria composta por um presidente e dois membros: um representante do órgão que impôs a penalidade, um ligado à entidade e outro com conhecimento específico na área de trânsito. A nomeação dos membros ficará a cargo do prefeito.

Foto: Reginaldo Ipê



Vereador J. Carlos Filho

Câmara inicia processo de manutenção da certificação ISO 9001

Auditoria externa começou na manhã de quarta-feira (11)

A Câmara Municipal de Salvador iniciou o processo de manutenção da certificação ISO 9001. Uma reunião na manhã de quarta-feira (11) deu a largada para a auditoria externa da Casa, que será realizada até a próxima sexta-feira (13) pela empresa BRTUV – TUV Nord Group.

O auditor líder sênior da BRTUV, Paulo Góis, explicou aos funcionários da Câmara presentes na reunião a metodologia utilizada. A conformidade do sistema de gestão da organização com os requisitos das normas envolvidas serão verificadas para que a certificação seja mantida.

"Muito mais do que avaliar a conformidade da documentação, a ideia é que avaliemos a forma com que está sendo geridos os setores da Câmara. Passaremos pelos setores, instruindo, para que alcancemos resultados positivos", afirmou Paulo Góis.

Serão avaliados na auditoria os setores: Processo Legislativo (Protocolo, Expediente, Análise, Pesquisa, Tramitação, Votação em Plenário, Documentação e Redação Final); Manutenção e Infraestrutura; Segurança; Compras e Almoxarifado; Comunicação Interna; Qualidade, Recursos Humanos e Direção.

Foto: Valdemiro Lopes



Auditor Paulo Góis explicando metodologia do trabalho aos funcionários da Câmara

Está prevista para sexta-feira, das 10h às 11h30, reunião para revisão dos apontamentos e redação do relatório final do que foi auditado.

A gestora da Qualidade da Câmara Municipal de Salvador, Andrea Melo, destacou "a importância de todos os trabalhadores a Casa Legislativa estarem envolvidos no processo de certificação da Câmara".

O diretor administrativo da Casa Legislativa, Beto Fagundes, explicou que a gestão prioriza três pilares de atuação: a valorização do ser humano, a transparência e a responsabilidade.

"Temos um corpo de trabalhadores muito comprometido. Dentro do nosso processo interno, tentamos sempre criar oportunidades para as pessoas para que possamos atender cada vez melhor o nosso público. Às vezes, numa casa pública e política, mudar o conceito é complicado, diferentemente do que acontece no setor privado. Procuraremos da continuidade ao processo de valorização das pessoas e transparência nos processos políticos e administrativos", prometeu Beto Fagundes.

Pioneirismo

A Câmara Municipal de Salvador é pioneira na implantação da política de Qualidade, entre as capitais brasileiras.

Conquistado em 2007, o certificado, de reconhecimento nacional e internacional, é concedido a empresas públicas e privadas que alcançam resultados de excelência na prestação de serviços ou elaboração de produtos colocados à disposição da sociedade. Reflete o compromisso das organizações com a responsabilidade social e o atendimento às demandas de seus clientes internos e externos, colaboradores e fornecedores. No setor público ainda são poucas as instituições certificadas.

Linha Viva aumenta a exclusão social, afirma Hilton Coelho

Vereador argumenta que obra é desnecessária e vai separar famílias

No início de março, o secretário de Mobilidade Urbana, Fábio Mota, declarou que a Prefeitura de Salvador quer que as obras da Linha Viva, via expressa que ligará o Acesso Norte ao Aeroporto Luís Eduardo Magalhães, comecem ainda no primeiro semestre de 2015. O vereador Hilton Coelho (PSOL) criticou a atitude da gestão do prefeito ACM Neto (DEM) e qualifica o projeto como "um absurdo que vai impor 20 praças de pedágio dentro da nossa cidade, desapropriar mais de 3 mil pessoas, separar famílias e aumentar a exclusão".

"É uma obra desnecessária e agressiva para a população que terá de pagar pedágio para circular em Salvador. Os moradores de bairros como Saramandaia, Pernambués, Mussurunga, São Cristóvão, entre outros, serão prejudicados com a relocação no processo de implantação da via. Não é surpresa para mim o comportamento elitista desta administração. Querem mexer com a cidade, com a vida de milhares de pessoas e meter a mão nos bolsos das pessoas de nossa cidade sem nenhuma cerimônia", avalia Hilton Coelho.

Ainda de acordo com o vereador, uma via expressa destinada aos automóveis, não atendendo meios de locomoção mais populares como os ônibus e as bicicletas, representam um apartheid social. Além disso, pontua Hilton Coelho, num segundo grau de exclusão, o valor da tarifa anunciado pela prefeitura também será abusivo para o percurso de 17,7km. Hilton Coelho acrescenta que "a Linha Viva não prioriza a maioria da população, atende ao interesse de poucos e expulsa de suas casas milhares de famílias", critica.



Foto: Reginaldo Ipê

Vereador Hilton Coelho

Comissão da Câmara visita obras de revitalização da Ladeira do Cacau

Com o objetivo de acompanhar o andamento das obras de revitalização da Ladeira do Cacau, em São Caetano, a Comissão de Planejamento Urbano e Meio Ambiente da Câmara promove uma visita ao local na próxima sexta-feira (13), às 10h. Motivo de reclamação da comunidade, as obras se arrastam por mais de quatro anos trazendo desconforto aos moradores e ao comércio da região.

O presidente da Comissão, vereador Arnando Lessa (PT), espera contar com a presença do secretário municipal de Infraestrutura e Defesa Civil, Paulo Fontana, ou algum representante da pasta para acompanhar o colegiado e prestar esclarecimentos sobre o andamento das obras.

CÂMARA MUNICIPAL

EXPEDIENTE

11ª SESSÃO ORDINÁRIA
3º PERÍODO LEGISLATIVO
17ª LEGISLATURA

Salvador, 10 de março de 2015.

PROJETO DE LEI Nº 58/15

Renova o reconhecimento de utilidade pública municipal da Fundação Negro Amor.

A CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR

DECRETA:

Art. 1º. - Fica renovado o reconhecimento de utilidade pública municipal da Fundação Negro Amor, conforme disposto no art. 3º da Lei Municipal nº. 5.391, de 29 de Junho de 1998, retroagindo-se tais efeitos à data de 27 de janeiro de 2009.
Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala de Sessões, 10 de março de 2015.
LEO PRATES

JUSTIFICATIVA

Trata-se, na espécie, de Proposição Legislativa elaborada no intuito de renovar, o título de utilidade pública municipal outrora concedido à entidade civil Fundação Negro Amor.
A entidade sem fins lucrativos, ora beneficiada pela renovação do título de utilidade pública municipal, presta inestimáveis serviços à comunidade, tendo como finalidades combater o racismo, o preconceito e qualquer forma de discriminação, difundir a cultura africana e afrodescendente, e promover a melhoria da qualidade de vida, buscando o fortalecimento e autodesenvolvimento das comunidades carentes, especialmente da população negra.
A Fundação Negro Amor, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira, sediada na Rua Dr. José Peroba, 275, Edf. Metropolis Empresarial, sl. 1105, no bairro do Stiep, nesta Capital.
A entidade aplica integralmente suas rendas, recursos e eventual resultado operacional na manutenção e desenvolvimento dos objetivos institucionais.
A documentação em anexo preenche os requisitos da Legislação Municipal vigente, motivo pelo qual espero contar com o apoio dos insignes pares.

Sala de Sessões, 10 de março de 2015.
LEO PRATES

PROJETO DE LEI Nº 59/15

Renova o reconhecimento de utilidade pública municipal da loja Rosacruz Mares (AMORC).

A CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR

DECRETA:

Art. 1º - Fica renovado o reconhecimento da utilidade pública municipal da loja Rosacruz Mares (AMORC), conforme disposto na Lei 3.609/1986, com sede foro na Cidade do Salvador, Capital do Estado da Bahia.
Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala de Sessões, 10 de março de 2015.
ALFREDO MANGUEIRA

JUSTIFICATIVA

A loja Rosa Cruz Mares (AMORC), organismo afiliado à Antiga e Mistica Ordem Rosa e Crucis (AMORC), com sede na Cidade de Curitiba – PR, é uma entidade fraternal e sem fins lucrativos, além de ter um perfil místico, filosófico e cultural. Nesta cidade, situa-se à rua Ana Mariani Bi-

ttencourt, nº 20- bairro de São Caetano, CNPJ 15.653.744/0001-82.
Seu propósito é o de ensinar, promover e perpetuar os princípios e Lei tradicionais dos antigos rosacruzes, além de promover a boa vontade, o espírito de fraternidade, a compreensão e cooperação internacional pela valorização do ser humano.
A mesma é portadora de personalidade jurídica própria com autonomia administrativa e cumpre os ensinamentos expressos pela AMORC.
Diante do acima exposto e reunindo toda documentação necessária, espero contar com o apoio dos ilustres vereadores para a aprovação do presente Projeto.

Sala de Sessões, 10 de março de 2015.
ALFREDO MANGUEIRA

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 08/15

Dispõe sobre a reserva mínima de 30% (trinta por cento) dos cargos da Mesa Diretora a serem ocupados por vereadoras.

A CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR

RESOLVE:

Art. 1º - A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Salvador será composta por, no mínimo, 30% (trinta por cento) de membros do sexo feminino.
Art. 2º - Essa Resolução entra em vigor na eleição dos membros da Mesa Diretora subsequente à sua aprovação.

Sala de Sessões, 10 de março de 2015.
ALADILCE SOUZA
CÁTIA RODRIGUES
ANA RITA TAVARES
GILMAR SANTIAGO
KÁTIA ALVES
LEANDRO GUERRILHA
VÂNIA GALVÃO

JUSTIFICATIVA

O 3º Objetivo de Desenvolvimento do Milênio visa a promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres. Ainda no século passado, as mulheres não tinham espaço no mercado e nem acesso à escolaridade formal. Atualmente, ainda dois terços dos analfabetos do mundo são mulheres e 80% dos refugiados são mulheres e crianças. Superar as diferenças entre os gêneros no acesso à escolarização formal e promover políticas que ofereçam oportunidades para mulheres ocuparem papéis cada vez mais ativos no mundo econômico e político são essenciais para superar essa desigualdade.
No âmbito da educação, atualmente no mundo, o índice de matrículas de meninas no ensino primário aumentou significativamente. Vários países já conseguiram alcançar igualdade de gênero nas escolas. Em 2008, nos países em desenvolvimento, a média de matriculados no ensino primário era de 96 meninas para cada 100 meninas, já no ensino secundário era de 95 meninas para cada 100 meninos. A expectativa é de que esse objetivo seja alcançado globalmente em 2015 para ambos os níveis de ensino. No Brasil, as metas previstas já foram alcançadas: meninas e mulheres já são maioria em todos os níveis de ensino.
Já no âmbito da política, a cota global de mulheres no parlamento continua a crescer lentamente e chegou a 19% em 2010. Ações afirmativas continuam sendo o principal fator a impulsionar o progresso para as mulheres. No Brasil, nesse mesmo ano, elas ficaram com 13,6% dos assentos no Senado, 8,7% na Câmara dos Deputados e 11,6% no total das Assembleias Legislativas. Em Salvador, o número de mulheres na casa legislativa representa apenas 11% e na atual legislatura apenas o cargo de ouvidora substituta é ocupado por mulher na mesa diretora.
O empoderamento das mulheres é importante para o cumprimento de vários objetivos, em especial os ligados a pobreza, fome, saúde e educação. No Brasil, as mulheres já estudam mais que os homens, mas ainda têm menos chances de emprego, recebem menos do que homens trabalhando nas mesmas funções e ocupam os piores postos. Em 2008, 57,6% das brasileiras eram consideradas economicamente ativas, frente a 80,5% dos homens.
Mesmo com melhorias nos indicadores, ainda persiste a desigualdade das mulheres em relação aos homens no mercado de trabalho, nos rendimentos e na política, mas o que mais chama a atenção é a violência doméstica que continua atingindo milhares de mulheres brasileiras. O Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência Contra a Mulher foi lançado em 2007 e consiste em um acordo federativo entre governos federal, estaduais e municipais, que abrange as dimensões da prevenção, assistência, combate e garantia de direitos às mulheres.
Diante do exposto, e na tentativa de promover maior empoderamento às mulheres dessa Casa Legislativa, para que possam atuar veementemente na defesa de todas as mulheres, que representam 51% da população da nossa cidade, é que apresentamos este Projeto e esperamos contar com o apoio de todos os vereadores para a sua aprovação.

Sala de Sessões, 10 de março de 2015.
ALADILCE SOUZA
CÁTIA RODRIGUES
ANA RITA TAVARES
GILMAR SANTIAGO
KÁTIA ALVES
LEANDRO GUERRILHA
VÂNIA GALVÃO

PROJETO DE INDICAÇÃO Nº 95/15

A Proposição que, aqui, está contida, não configura sugestão para realização de serviço, por isso, não incide na proibição regimental do art. 197, "caput", do ato normativo que regra as atividades desta Câmara Municipal.
Trata-se, portanto, de solicitação ao chefe do Poder Executivo do Município da Cidade do Salvador para que se digne de exercer a sua iniciativa privativa em matéria tributária, "*ex-vi*" da alínea "b" do inciso II do §1º do at. 61 da Constituição da República Federativa do Brasil, norma reproduzida no art. 46 da Lei Orgânica do Município, no sentido de corrigir disposições da Lei Municipal nº 7.186 de 27 de dezembro de 2006, com a redação dada por Leis posteriores, que desloca, inconstitucionalmente, o elemento temporal da hipótese do fato gerador do imposto sobre transmissão inter vivos (ITIV) de bens imóveis, para momento anterior à ocorrência concreta, efetiva, do fato gerador da respectiva obrigação tributária, tal como se expõe a seguir:
Hipótese do fato gerador do ITIV. Elementos constitutivos deste tributo e sua incompatibilidade com a reforma tributária municipal de Salvador.
A *hipótese do fato gerador* do ITIV é formulada a partir da norma constitucional de outorga de competência tributária ao Municipal, para instituí-lo.
Então, a *hipótese* normativa do *fato gerador* do ITIV tem de ser descrita assim:

Imposto sobre a transmissão *inter vivos*, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física e de direitos sobre imóveis, exceto os direitos de garantia (anticrese, hipoteca e penhor) bem como cessão de direitos e sua aquisição.
Impõe-se dissecar esta *hipótese*, a fim de identificar os seus elementos constitutivos, os quais fornecem o desenho do *tipo*. São eles:

Elemento pessoal:
Sujeito ativo: o Município (art. 156 da Constituição Federal) ou o Distrito Federal (art. 147, "*in fine*" da Constituição Federal)
Sujeito passivo: tanto pode ser o transmitente como pode ser o adquirente; depende da Lei Municipal (art. 42 do Código Tributário Nacional), a qual elegeu o adquirente, como regra geral, listando as exceções (cf. art. 119 do Código Tributário e de Rendas do Município de Salvador).

Elemento espacial:
O território do Município de Salvador onde se localizem os imóveis objeto de *transmissão* do respectivo direito de propriedade de bem imóvel.

Elemento material:
É a *alienação* do direito de propriedade imobiliária.
Este fato jurídico ocorre, no direito brasileiro, com a transcrição (*Modus Acquisitions*), no respectivo Cartório do Registro de Imóveis, do título translativo (*Titulus Adquirendi*) É a regra do art. 1.227, combinado com os arts. 1.245 a 1.247, todos do Código Civil Brasileiro.
Esses dispositivos da Lei Civil são *aplicáveis* por determinação do próprio Código Tributário Nacional (art.35) que determina a utilização da definição dessa Lei Civil (art.35. II combinado com os arts. 109 e 110, todos do Código Tributário Nacional).
Assim, além dos arts. 1227, 1245 a 1.247 do Código Civil, definindo o signo *transmissão*, colhe-se desse ramo do Direito a noção de *ato oneroso*, pelo qual se entende toda e qualquer ação humana à qual a *ordem jurídica* outorga o efeito de um ato pelo qual se faz atribuição patrimonial recíproca. Colhe-se, também, o conceito de *bem imóvel por natureza* (aquele que se encontra no seu estado natural. Ex. um terreno) ou por *acessão física* (aquele que se acresce ao de estado natural).
Nesse elemento material encontram-se dois aspectos decisivos para a apuração do imposto:
a) – *base de cálculo*, que é a porção do elemento material admitida pelo legislador para aferir o "*quanto*" sobre a qual porção aplica-se uma unidade de grandeza;
b) – a *alíquota* que é definitiva para chegar-se a esse "*quanto*".

Elemento temporal:
Este elemento é identificado no momento em que se completa a situação definida como fato gerador a qual é integrada com a efetividade dos outros três elementos constitutivos.
O caso sob exame obriga a *integração* dos elementos material e temporal porque o valor de um imóvel varia no *tempo*, para mais ou para menos.
Daí o Supremo Tribunal Federal já decidiu, há anos, que a incidência do ITIV é sobre o valor do imóvel ao tempo da *alienação* e não ao da *promessa* (ERE nº 41346-SP).
Ainda, na ótica dessa *integração* de elementos constitutivos, lembre-se que o Supremo, também, já decidiu, há tempo, que o ITIV não incide sobre a construção ou parte dela, mas sobre o que tiver sido construído ao tempo da *alienação* (SÚMULA 110 e, por exemplo, RMS nº 18.623-SP).

O exposto permite concluir:
a) – que o ITIV somente é devido, por força da efetividade do elemento temporal com a ocorrência do "*modus acquisitions*", isto é, com a *transcrição* do "*títulus adquirendi*" (a escritura pública) qual seja, o registro do imóvel. "A aquisição da propriedade imobiliária por *transcrição* verifica-se no *momento* em que o título translativo é registrado" (Cf. ORLANDO GOMES. Direitos Reis. 19ª Ed. Rio de Janeiro: Forense, 2007. p.170).
b) – que a exigibilidade do ITIV *antes* desse *momento* é inconstitucional porque, ainda, não se completou o fato gerador. Assim, deve-se considerar inconstitucional o art. 122.I, e sem §1º do Código Tributário e de Rendas do Município que determina essa antecipação. Vejam-se as decisões do Supremo antes evocadas.
c) – que a *substituição tributária* adotada pelo parágrafo único do art. 119, acrescentado ao Código Tributário Municipal pela Lei nº 8.421/2013, também, padece do vício de inconstitucionalidade porque essa norma estabelece que, a partir de 16 de julho de 2013, a *incorporadora imobiliária é responsável* pelo pagamento do imposto, na qualidade de *substituto tributário*, em relação às unidades imobiliárias para entrega futura que negociar.
d) – que a *substituição tributária* somente é legitima quando o *substituto* e o *substituído* têm atuação *integrativa*. O caso não o revela, porque *incorporação imobiliária* é uma atividade *típica* disciplinada por Lei especial (Lei nº 4.591 de 16 de dezembro de 1964), por isso, não participa do *ato de alienação*, isto é, do *ato de atribuição patrimonial recíproca* (compre e venda do imóvel construído) que é jurígeno do ITIV.
Consequentemente, há defeitos nas Leis municipais que disciplinam o ITIV, a ponto de já se vir obtendo ganho de causa, nas ações judiciais individuais, requeridas pelos contribuintes, que são as pessoas das classes média e trabalhadora, na aquisição de sua casa própria.
Ora, os litígios são, sempre, danosos, sobretudo, porque inibem a arrecadação e são indesejáveis, por isto e porque intranquilizam o contribuinte que merece respeito da Administração Pública.

A CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR

INDICA:

ao prefeito, que determine à Secretaria da Fazenda (SEFAZ) a elaboração de Projeto de Lei, procedendo as alterações aqui sugeridas.

Sala das Sessões, 10 de março de 2015.
EDVALDO BRITO

PROJETO DE INDICAÇÃO Nº 96/15

"Todos são iguais perante a Lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança"
Art. 5º Constituição Federal

Como funciona o projeto? O Projeto "Maria da Penha vai às escolas", lançado pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social de Minas Gerais em parceria com a Secretaria de Estado de Educação, em agosto de 2012, está em sua terceira fase e alcançará as escolas da rede estadual de ensino de todos os municípios do Estado de Minas Gerais.
O projeto integra a Rede de Educação em Direitos Humanos da Subsecretaria de Direitos Humanos e tem por objetivo despertar nos estudantes o interesse sobre as questões ligadas aos direitos humanos, especialmente as que envolvam o combate à violência contra a mulher. O Projeto "Maria da Penha vai às escolas" apoia-se na crença, cada vez mais firme, de que a escola é o lugar capaz de fazer a diferença no combate a todas as formas de violência praticadas, especialmente, contra o público com maior vulnerabilidade social e individual (mulheres, idosos, homossexuais, pessoas em situação de rua, pessoas com deficiência, entre outros), na construção de uma cultura de paz.
Nesse sentido foi criado o gibi: "As Marias em: Maria da Penha vai às escolas", material didático que aborda de maneira lúdica a questão da violência doméstica e intrafamiliar sofrida pelas mulheres, visando a contribuir para a incorporação de valores necessários ao pleno desenvolvimento dos estudantes como cidadãos (as) engajados na construção de uma sociedade mais justa e igualitária.
O projeto contempla também sugestões de atividades sugeridas ao professor para a utilização do gibi "Maria da Penha vai às Escolas" em turmas do Ensino Fundamental e Médio. O objetivo é promover a reflexão e o debate crítico sobre a violência contra a mulher e os meios para combatê-la. Assim, outras atividades e projetos com base no gibi podem ser desenvolvidos, a critério do professor, contribuindo assim para o aprimoramento desse material.

A CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR

INDICA:

ao governador, a criação do Projeto Maria da Penha vai às Escolas, nos moldes do Projeto do Estado de Minas Gerais.

Sala das Sessões, 10 de março de 2015.
PAULO CÂMARA

PROJETO DE INDICAÇÃO Nº 97/15

"Todos são iguais perante a Lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança"
Art. 5º Constituição Federal

Como funciona o projeto? O Projeto "Maria da Penha vai às escolas", lançado pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social de Minas Gerais em parceria com a Secretaria de Estado de Educação em agosto de 2012, está em sua terceira fase e alcançará as escolas da rede estadual de ensino de todos os municípios do Estado de Minas Gerais.
O projeto integra a Rede de Educação em Direitos Humanos da Subsecretaria de Direitos Humanos e tem por objetivo despertar nos estudantes o interesse sobre as questões ligadas aos direitos humanos, especialmente as que envolvam o combate à violência contra a mulher. O Projeto "Maria da Penha vai às escolas" apoia-se na crença, cada vez mais firme, de que a escola é o lugar capaz de fazer a diferença no combate a todas as formas de violência praticadas, especialmente, contra o público com maior vulnerabilidade social e individual (mulheres, idosos, homossexuais, pessoas em situação de rua, pessoas com deficiência, entre outros), na construção de uma cultura de paz.
Nesse sentido foi criado o gibi: "As Marias em: Maria da Penha vai às escolas", material didático que aborda de maneira lúdica a questão da violência doméstica e intrafamiliar sofrida pelas mulheres, visando a contribuir para a incorporação de valores necessários ao pleno desenvolvimento dos estudantes como cidadãos (as) engajados na construção de uma sociedade mais justa e igualitária.
O projeto contempla também sugestões de atividades sugeridas ao professor para a utilização do gibi "Maria da Penha vai às Escolas" em turmas do Ensino Fundamental e Médio. O objetivo é promover a reflexão e o debate crítico sobre a violência contra a mulher e os meios para combatê-la. Assim, outras atividades e projetos com base no gibi podem ser desenvolvidos, a critério do professor, contribuindo assim para o aprimoramento desse material.

A CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR

INDICA:

ao prefeito, a criação do Projeto Maria da Penha vai às Escolas, nos moldes do Projeto do Estado de Minas Gerais.

Sala das Sessões, 10 de março de 2015.
PAULO CÂMARA

PROJETO DE INDICAÇÃO Nº 98/15

"Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências"
Lei Maria da Penha - Lei 11.340/06

A violência contra a mulher envolve os atos de violência, que se manifestam por meio das relações assimétricas entre homens e mulheres, envolvendo por vezes discriminação e preconceito.
Violência doméstica é a violência, explícita ou velada, literalmente praticada dentro de casa ou no âmbito familiar, entre indivíduos unidos por parentesco civil (marido e mulher, sogra, padrasto) ou parentesco natural (pai, mãe, filhos, irmãos, etc). Inclui diversas práticas, como a violência e o abuso sexual contra as crianças, maus-tratos contra idosos, e violência contra a mulher e contra o homem geralmente nos processos de separação litigiosa além da violência sexual contra o parceiro.
Pode ser dividida em *violência física* — quando envolve agressão direta, contra pessoas queridas do agredido ou destruição de objetos e pertences do mesmo (patrimonial); *violência psicológica* — quando envolve agressão verbal, ameaças, gestos e posturas agressivas, juridicamente produzindo danos morais; e *violência sócio-económica*, quando envolve o controle da vida social da vítima ou de seus recursos económicos.
Fonte: wikipédia

Alguns dados: 48% das mulheres agredidas declaram que a violência aconteceu em sua própria residência; (PNAD/IBGE, 2009); 3 em cada 5 mulheres jovens já sofreram violência em relacionamentos, aponta pesquisa realizada pelo Instituto Avon em parceria com o Data Popular (nov/2014); 56% dos homens admitem que já cometeram alguma dessas formas de agressão: xingou, empurrou, agrediu com palavras, deu tapa, deu soco, impediu de sair de casa, obrigou a fazer sexo (Data Popular/Instituto Avon 2013); 77% das mulheres que relatam viver em situação de violência sofrem agressões semanal ou diariamente. Em mais de 80% dos casos, a violência foi cometida por homens com quem as vítimas têm ou tiveram algum vínculo afetivo: atuais ou ex-companheiros, cônjuges, namorados ou amantes das vítimas. É o que revela o Balanço do Ligue 180 – Central de Atendimento à Mulher da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM-PR). *Leia mais no Balanço 2014 do Ligue 180;* Pesquisa apoiada pela Campanha Compromisso e Atitude, em parceria com a Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República, revela 98% da população brasileira já ouviu falar na Lei Maria da Penha e 70% consideram que a mulher sofre mais violência dentro de casa do que em espaços públicos no Brasil Data Popular/Instituto Patrícia Galvão, 2013). A cada 12 segundos uma mulher sofre violência no Brasil, Disque 180.

Para se ter uma ideia da complexidade do fenômeno basta examinarmos a dimensão da rede de instituições envolvidas as Unidades de Saúde do SUS (Pronto Atendimento, Setores de Emergência e da Assistência Hospitalar; Serviços de Saúde Mental) o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) do Sistema Único de Assistência Social (SUAS); o Ministério Público, o Conselho Tutelar, o órgão responsável em fiscalizar se os direitos previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente que administra o Fundo para Infância e Adolescência, a Secretarias de governo (Secretarias de Ação Social, da Mulher, etc), e a Delegacia da Mulher.

A CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR

INDICA:

ao governador, o tratamento psicológico de agressores, com a sua inclusão em programas de reeducação, como parte importante no controle e combate da violência doméstica contra a mulher, pondo em efetiva prática o Artigo 30 da Lei Maria da Penha.

Sala das Sessões, 10 de março de 2015.
PAULO CÂMARA

PROJETO DE INDICAÇÃO Nº 99/15

Considerando a competência do Município para:
I - dispor sobre assuntos de interesse local e suplementar a legislação federal e a estadual no que couber;
II- regulamentar a utilização de logradouros públicos, especialmente no perímetro urbano.
a) prover sobre transporte coletivo urbano, que poderá ser operado através de concessão ou permissão;
b) prover sobre os serviços de táxis;
c) fixar locais para estacionamento de veículos, inclusive em áreas de interesse turístico e de lazer;
d) fixar e sinalizar os limites das zonas de silêncio, de trânsito e de tráfego em condições especiais;
e) disciplinar os serviços de carga e descarga, fixar os tipos, dimensões e tonelagem máxima permitida a veículos;
f) Sinalizar as vias urbanas e estradas municipais, bem como regulamentar e fiscalizar sua utilização;
IV - prover sobre a limpeza das vias e logradouros públicos, coleta, remoção, destino e aproveitamento do lixo;
V - prover sobre o fornecimento de iluminação das vias e logradouros do Município e galerias de águas pluviais;
VI - disciplinar e fiscalizar as atividades relacionadas com a exploração de mercados e matadouros e manter e fiscalizar feiras livres em todos os bairros de Salvador;
VII - ordenar as atividades urbanas, fixando condições e horários para funcionamento de estabelecimentos industriais, comerciais e de prestação de serviços, cabendo-lhe, inclusive:
a) conceder, renovar ou revogar alvará de licença para localização e funcionamento;

b) conceder licença para o exercício do comércio eventual e ambulante;
c) fiscalizar as condições sanitárias e de higiene dos estabelecimentos, a qualidade das mercadorias, bem como dos veículos destinados ao transporte de produtos de origem animal ou vegetal e da distribuição de alimentos.
VIII - exercitar o poder de polícia administrativa, bem como organizar e manter os serviços de fiscalização necessários ao seu exercício, dentre outras.
Considerando o crescente número de infrações de trânsito em Salvador formando um paralelo com aumento de custo nas unidades de saúde pública;
considerando que a Transalvador aplicou no ano de 2014 694 mil multas de trânsito, com crescimento na ordem de 27,1%, em relação ao ano anterior, o que possibilitará grande arrecadação;
considerando que a cada ano se faz necessário aumentar os recursos para a área de saúde pública, em particular, postos e hospitais, em decorrência do aumento de enfermidades;
considerando que a ocorrências de traumas por todo o País, sobretudo por acidentes automobilísticos, está se transformando em um grave problema para a saúde pública;
considerando que os dados estatísticos do Ministério da Saúde indicam que estes traumas estão diretamente relacionados com acidente de trânsito;
considerando ser importante as ações mitigadoras implementadas por esta gestão no controle eficaz do trânsito;
considerando a necessidade de se promover várias ações educativas, de engenharia de tráfego e fiscalização para que possamos ter um trânsito mais gentil;
considerando que as ações governamentais ainda não conseguiu estancar os graves problemas de acidentes de trânsito no País, não se vislumbrando em curto prazo obter dados que nos norteie a compará-los com Países que alcançaram resultados importantes na redução drástica de mortes e vitimas no trânsito;
considerando que já existe tramitando no Senado Federal projeto do senador Eduardo Amorim (PSC-SE) que propõe destinar 30% do valor das multas de trânsito para o Sistema Único de Saúde (SUS);
considerando que a saúde pública Municipal requer a todo o momento de mais recursos para promover maior assistência aos soteropolitanos;
considerando se uma preocupação permanente desta administração em ofertar melhores serviços na rede pública municipal;
considerando que as Unidades de Pronto Atendimento (UPA), são requisitadas diariamente a procura de atendimento especializado;
considerando se for transferidos parte dos recursos de multas de trânsito deste Município, na ordem de 30% para a Saúde Municipal, certamente ampliará e melhorará os serviços prestados em suas diversas unidades de saúde.

A CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR

INDICA:

ao prefeito, que determine aos seus auxiliares, estudos técnicos com a finalidade de promover transferência de recursos de multas de trânsito para a Secretaria Municipal de Saúde.

Sala das Sessões, 10 de março de 2015.
EUVALDO JORGE

PROJETO DE INDICAÇÃO Nº 100/15

Considerando que no Instituto de Previdência de Salvador (PREVIS) possui em seu quadro de pessoal servidores públicos ativo, ocupando a função de Analista de Gestão Publica Municipal;
considerando que, do quadro de pessoal de Servidores que estão lotados no PREVIS, apenas 06 ocupam a função de Analista de Gestão Publica Municipal;
considerando que estes servidores não foram contemplados com a elaboração da Lei 8628/2014, no seu artigo 8º e parágrafo único;
considerando que dessa forma ao propor a presente Indicação ao Sr. prefeito, buscamos fazer justiça, estendendo aos servidores ocupantes da função de Analista de Gestão Publica Municipal, lhes sejam garantidos os direitos da Lei nº 8628/2014, com a nova redação:
Art. 8º Indico ao prefeito, que o artigo 8ºe parágrafo único da Lei nº 8628/2014 passa a ter a seguinte redação:
Art.9º A jornada de trabalho semanal dos servidores ocupantes do cargo efetivo de Analista de Planejamento, Infraestrutura e obras Pública e Analista de Gestão Pública Municipal, fica definida conforme descriminada abaixa:
I-Jornada de 30 horas semanas
II- Jornada de 40 horas semanas
Parágrafo Único - Os servidores ativos ocupantes do cargo de Analista de Planejamento, Infra estrutura e Obras Pública, Analista de Gestão Pública Municipal, que estejam em exercícios na data da publicação desta Lei poderão optar, em caráter irrevogável, pela jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanas, com percepção de remuneração correspondentes.

A CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR

INDICA:

ao prefeito, encaminhar Projeto de Lei, alterando o artigo 8° e parágrafo único da Lei 8628/2014

Sala das Sessões, 10 de março de 2015.
ODIOSVALDO VIGAS

PROJETO DE INDICAÇÃO Nº 101/15

São Caetano é um dos maiores sub-distritos de Salvador (Bahia), localizado na área do alto subúrbio. São Caetano domina uma grande área, sendo o mesmo o 4º maior sub-distrito de Salvador, com 600.000 mil habitantes, abrangendo uma área que vai do Largo do Tanque até Valeria.
Considerando que o bairro de São Caetano não dispõe de um SAC, e que é necessário para o bem estar da comunidade e melhoria do atendimento ao público do local;
considerando que a população a ser beneficiada gira em torno de 600.00 mil habitantes;
considerando que, além do bairro de São Caetano, a implantação deste serviço irá beneficiar ás comunidades de Bom Juá, Jaqueira do Carneiro, San Martin Largo do Tanque, Fazenda Grande do Retiro, Capelinha, Boa Vista de São Caetano, Campinas de Pirajá, Marechal Rondon, Pirajá, Valeria e Palestina.

A CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR

INDICA:

ao governador, autorizar a implantação de um Serviço de Atendimento ao Cidadão (SAC), no bairro de São Caetano.

Sala das Sessões, 10 de março de 2015.
BALBINO CARVALHO - SABÁ

ATA

11ª SESSÃO ORDINÁRIA DO 3º PERÍODO LEGISLATIVO DA 17ª LEGISLATURA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR, REALIZADA NO DIA 10 DE MARÇO DE 2015.

PRESIDENTE: VEREADOR PAULO CÂMARA
1º SECRETÁRIO: VEREADOR ORLANDO PALHINHA (em exercício)
2º SECRETÁRIO: VEREADOR ARNANDO LESSA (*ad hoc*)

Compareceram os Senhores vereadores: ALADILCE SOUZA, ALBERTO BRAGA, ALEMÃO, ALFREDO MANGUEIRA, ANA RITA TAVARES, ANTÔNIO MÁRIO, ARNANDO LESSA, ATANÁZIO JÚLIO, BECA, CARLOS MUNIZ, CÁTIA RODRIGUES, CLÁUDIO TINOCO, DUDA SANCHES, EDVALDO BRITO, ELIEL, EUVALDO JORGE, EVERALDO AUGUSTO, GERALDO JÚNIOR, GILMAR SANTIAGO, HENRIQUE CARBALLAL, HILTON COELHO, ISNARD ARAÚJO, JOCEVAL RODRIGUES, J. CARLOS FILHO, JOSÉ TRINDADE, KÁTIA ALVES, LEANDRO GUERRILHA, LÉO PRATES, LUIZ CARLOS DE SOUZA, LUIZ CARLOS SUICA, MOISÉS ROCHA, ODIOSVALDO VIGAS, ORLANDO PALHINHA, PAULO CÂMARA, PAULO MAGALHÃES JÚNIOR, PEDRINHO PEPÊ, SABÁ, SÍLVIO HUMBERTO, VADO MALASSOMBRADO, VÂNIA GALVÃO e WALDIR PIRES. Havendo número legal, o Senhor presidente declarou aberta a Sessão, anunciando a leitura e discussão da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem restrições. Em seguida, foi realizada a leitura do Expediente, que constou do seguinte: Ofício n. 120/15 do Tribunal de Contas do Estado da Bahia (TCE-BA); Ofício n. 4/15 do vereador Luiz Carlos Suica, solicitando votação dos Requerimentos n.s 47 a 169/15, dos Projetos de Lei n.s 254 e 340/13 e do Projeto de Resolução n. 2/13; Projetos de Lei n.s 58/15 do vereador Léo Prates e 59/15 do vereador Alfredo Mangueira; Projeto de Resolução n. 08/15 da vereadora Aladilce Souza; Projetos de Indicação n.s 95/15 do vereador Edvaldo Brito, 96 a 98/15 do vereador Paulo Câmara, 99/15 do vereador Euvaldo Jorge, 100/15 do vereador Odiosvaldo Vigas e 101/15 do vereador Sabá; e Requerimento n. 117/15 do vereador Odiosvaldo Vigas. Terminada a leitura do Expediente, foi votada e aprovada a licença da vereadora Cátia Rodrigues para o dia 9 de março. Pela ordem, o vereador Léo Prates solicitou que as votações previstas acontecessem na terça e quarta-feira da próxima semana, com tempo para que o mutirão da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) possa atuar, evitando a duplicação de proposições. O Senhor presidente consultou o vereador Luiz Carlos Suica, líder da Oposição, que concordou. No **Pinga-Fogo**, ocupou inicialmente a Tribuna o vereador Luiz Carlos Suica, que informou a realização do Seminário de Planejamento da Oposição no dia 12 de março. Também informou a audiência pública sobre Educação Infantil, lembrando as 88 escolas municipais com obras inconclusas. Comentou a votação do Plano Plurianual (PPA), prevista para a próxima semana. Também comentou a questão dos trabalhadores terceirizados, cujos serviços estão paralisados, e os esforços do governador Rui Costa a respeito disso, dos quais espera resultados até o fim desta semana. Disse esperar também que a Prefeitura, que tem vultosas finanças, organize-se quanto aos precatórios, e também para o pagamento dos terceirizados. Mencionou a indenização de seis milhões de reais a título de indenização devida a alguns desses trabalhadores, sobre a qual pede acordo com a participação do Ministério Público. Em aparte, associou-se o vereador Gilmar Santiago, sugerindo audiência pública com os trabalhadores não-pagos pela Prefeitura. A vereadora Aladilce Souza comentou a reunião da Comissão da Mulher realizada hoje, com autoridades e entidades de defesa da mulher, na qual se traçaram diretrizes para as políticas para as mulheres – que serão acompanhadas e fiscalizadas por essa Comissão. Contou também terem sido pensadas a criação de creches, a geração de renda e outras metas. Convidou para a Sessão Especial sobre as mulheres, no próximo dia 27, e informou Projeto de Resolução seu sobre a reserva de 30% das vagas na Mesa Diretora da Casa para as mulheres, para o qual pediu apoio. Em aparte, o vereador Hilton Coelho parabenizou a oradora e declarou seu apoio. A vereadora Aladilce Souza disse que a Comissão decidiu solicitar audiência com o secretário de Educação sobre as creches, e fazer visitas a entidades educacionais. Disse ainda que haverá reuniões quinzenais da Comissão, para as quais convidou todos. Criticou o Projeto sobre outorga onerosa por retirar recursos do Fundo Municipal de Desenvolvimento Urbano de Salvador (Fundurbs), originalmente destinados à Reforma Urbana, para direcioná-los a outros fins. Em comunicação inadiável, a vereadora Vânia Galvão disse ao Senhor presidente que o PT já havia encaminhado a decisão de seu Diretório Municipal sobre a saída do vereador Henrique Carballal de seu quadro, o que comunicava, oficialmente, naquele momento. O vereador Leandro Guerrilha defendeu a necessidade de antecipação da *Operação Chuva*, reforçando o cuidado com a vida das pessoas, especialmente as que moram em encostas. Criticou o estado de algumas dessas encostas e ressaltou a necessidade de planejamento e aumento de investimentos para sua contenção. Considerou que a situação é uma responsabilidade tanto do Município quanto do Estado, e pediu apoio dos colegas na defesa da causa. Em aparte, o vereador Pedrinho Pepê adicionou a necessidade de se realizar limpeza de canais e sugeriu a criação de uma secretaria específica para cuidar de encostas e canais. Em aparte, associou-se o vereador Isnard Araújo, lembrando já haver a Secretaria de Parques e Jardins. Na oportunidade, o edil pediu que houvesse votação no dia seguinte, pois há creches que dependem da aprovação de projeto para a realização de convênios. Em aparte, associou-se o vereador Edvaldo Brito, que sugeriu a criação de uma frente parlamentar para tratar do assunto. Em comunicação inadiável, o vereador Everaldo Augusto contou ter estado com a procuradora-geral do Município, Dra. Luciana Rodrigues, para tratar da regulamentação do sistema cicloviário municipal. Disse que a procuradora afirmou não haver óbice legal para a regulamentação não ter sido

realizada, e convidou todos para, na próxima terça-feira, virem de bicicleta para a Câmara, num ato em prol da causa. O vereador Moisés Rocha declarou-se feliz pela visita à Ladeira do Cacau na próxima quinta-feira, combinada pelo vereador Joceval Rodrigues. Pediu atenção à empresa AJ Engenharia, responsável pela obra no local, considerando que a empresa não tem condições de realizá-la e que, por isso, existe o atraso. Propôs audiência pública para debater o assunto. Em aparte, o vereador Luiz Carlos Suica disse que essa empresa já mudou de nome algumas vezes e pediu apuração a seu respeito, bem como sobre as empresas terceirizadas que não respeitam os direitos dos trabalhadores. Em aparte, o vereador Joceval Rodrigues parabenizou o orador pela fiscalização da obra, que se soma ao trabalho do prefeito. O orador afirmou que a comunidade de São Caetano não está feliz, pois já se passaram 90 dias do prazo de entrega da obra e, até o momento, não há previsão de término. Pela ordem, o vereador Henrique Carballal solicitou a redistribuição dos tempos partidários, ao que o Senhor presidente respondeu já ter sido isso realizado. O vereador Henrique Carballal lamentou que os aeroportos da Bahia tivessem perdido a administração da Superintendência Regional da Infraero, que foi extinta, e tenham passado a ser administrados por órgão sediado em Recife. Afirmou que faltou liderança ao governador Rui Costa ao não agir contra isso, já que o Aeroporto de Salvador é o mais movimentado e lucrativo do Norte-Nordeste. Pediu a criação de comissão para defender os interesses da cidade e do Estado da Bahia. Em aparte, o vereador Leandro Guerrilha associou-se e mencionou problemas no Ginásio de Cajazeiras e no Centro de Convenções, nos quais também falta ação do Governo do Estado. O vereador Henrique Carballal considerou que a disputa política não pode prejudicar o bem da cidade. Em aparte, o vereador Luiz Carlos Suica discordou da análise do orador sobre o Governo estadual e lembrou que ele recebera em sua casa o então candidato e hoje governador Rui Costa. O vereador Henrique Carballal disse não ter feito uma avaliação favorável do então candidato. Nas **Representações Partidárias**, o vereador Joceval Rodrigues concordou com o vereador Henrique Carballal quanto à importância do Aeroporto de Salvador, que favorece a economia, sobretudo com relação ao turismo. Disse que o prefeito trabalha pelo setor turístico e preocupa-se com as ações do Governo do Estado. Em aparte, o vereador Cláudio Tinoco avaliou que o Aeroporto, em obras há dois anos, não vem atendendo às demandas do turismo, e informou que sua concessão foi suspensa em razão da *Operação Lava-Jato*, assim permanecendo o equipamento com o Poder Público. Em aparte, o vereador Léo Prates lembrou que o PT foi contra a isenção fiscal para a empresa Ford quando ela vinha se instalar na Bahia, isenção que acabou prevalecendo por força da ação do ex-governador Antônio Carlos Magalhães (ACM), e observou que, agora, o Governo do PT renovou o benefício fiscal contra o qual lutara. Em comunicação inadiável, o vereador Luiz Carlos de Souza informou o afastamento do vereador José Trindade da Comissão de Desenvolvimento Urbano e Turismo, e a convocação do seu suplente, vereador Moisés Rocha. Em comunicação inadiável, o vereador Leandro Guerrilha homenageou a Rede Bahia de televisão pelos seus 30 anos. O vereador Luiz Carlos Suica criticou fala de que a Bahia não tem liderança, considerando que o ex-vereador Jaques Wagner foi o melhor "prefeito" que Salvador já teve, e que o governador Rui Costa já tem deixado sua marca ao dar continuidade às realizações do antecessor. Refutou comparação entre os ex-governadores Jaques Wagner e Antônio Carlos Magalhães. Em aparte, o vereador Moisés Rocha considerou que a Bahia esteve 12 anos sem liderança e que isso causou a demora da entrega do Metrô. O orador lembrou a atuação da Comissão de Planejamento Urbano para resolver a situação das obras desse equipamento. A vereadora Aladilce Souza considerou desrespeito os ataques que a presidente da República vem sofrendo e ressaltou o risco de desestabilização que as casas legislativas correm. Considerou inaceitáveis o pedido de *impeachment* e a possibilidade de golpe. Disse que é preciso debater o que vem acontecendo, lembrando que nunca na história houve pedido de destituição do poder de um representante legitimamente eleito, pelos motivos que vêm sendo alegados. O vereador Duda Sanches considerou que a imprudência de motociclistas é um problema de saúde pública, mencionando o alto número leitos de ortopedia que são ocupados em virtude de acidentes com motos. Informou que o assunto será debatido pela Comissão de Saúde. Em aparte, associou-se o vereador Sílvio Humberto, lembrando que as vítimas desses acidentes são, em sua maioria, jovens. Em seguida, pediu ao orador, como presidente da Comissão de Saúde, que realizasse visita a dois postos de saúde no Calabetão, que estão com obras inconclusas e atrasadas. O orador disse que colocaria o assunto na pauta de reunião da Comissão e continuou a discorrer sobre os acidentes com motociclistas, lembrando que há muitos não-habilitados pilotando motos, e pedindo força-tarefa para combater não o trabalhador – que precisa da moto para prover seu sustento –, mas, a fatalidade. Mencionou Lei que estipula faixa, nas sinaleiras, para motos saírem com mais cuidado, mas considerou ser necessário fazer mais para evitar o problema de superlotação nos hospitais e gastos. Em aparte, o vereador Hilton Coelho parabenizou o orador pela fala e acrescentou pedido para que a Comissão de Saúde se manifestasse sobre a situação ocorrida no prédio do Tribunal Regional do Trabalho (TRT), onde uma dedetização levou mais de 140 pessoas a dar entrada no serviço médico. Pela ordem, o vereador Sílvio Humberto convocou os membros da Comissão de Educação para reunião no dia seguinte. Pela ordem, a vereadora Vânia Galvão solicitou a retirada e arquivamento do Projeto de Indicação n. 286/11 e do Projeto de Lei n. 246/12. Em seguida, informou que requererá cópia da fita desta Sessão. Pela ordem, o vereador Pedrinho Pepê solicitou desarquivamento e vinda à Ordem do Dia do Projeto de Lei n. 167/10. O vereador Joceval Rodrigues comentou a preocupação de alguns com as manifestações que se organizam no País, contrárias ao Governo Federal. Defendeu que o povo deve ser ouvido pelos homens públicos e lembrou o movimento estudantil e anteriores manifestações democráticas e populares, lamentando que as de agora sejam tomadas como fruto de articulação política. Avaliou que o povo está atento à má qualidade do Governo e à ausência de políticas públicas. Afirmou que a postura do PPS é de dar espaço à população e pediu à Casa atenção às manifestações marcadas para o próximo dia 15, pois Salvador irá integrá-las. Concluiu pedindo a participação dos vereadores nesses atos. O vereador Orlando Palhinha informou que a Prefeitura desapropriou área em Plataforma na qual será construído um Centro Municipal de Educação Integrada (CMEI), um avanço para o povo do Subúrbio. Também informou os esforços da Prefeitura para acabar com os engarrafamentos, com a assinatura de ordem de serviço de 10 milhões para intervenção na Rua Luiz Maria, na Baixa do Fiscal. Informou ainda desapropriação na Ilha Amarela, também para a construção de um CMEI, e concluiu destacando que o seu mandato é atuante no Subúrbio. Em comunicação inadiável, a vereadora Aladilce Souza informou ter dado entrada em Moção pelos 50 anos da Associação dos Magistrados da Bahia (Amab). O vereador Vado Malassombrado lamentou o descaso com o povo da Cidade Baixa, lembrando audiência pública, em 1º de abril de 2013, na qual se alertava sobre o perigo vivido por famílias em razão de obra paralisada, há mais de 20 anos, entre a Rua Régis Pacheco e a Avenida Suburbana, local recentemente atingido por chuvas, fato que aumentou os riscos lá existentes. Contou que o Engenheiro-Chefe da Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia (Conder) prometeu um parecer técnico sobre o problema, mas não o forneceu. Contou ainda que a ouvidoria criada por ele tem atendido a comunidade. Informou audiência pública sobre o problema da obra inacabada e outros assuntos, no dia 13, às 19h30. Comentou seu Projeto de Indicação n. 05/15, para a concessão da Medalha Thomé de Souza a Orlando Tapajós, criador do trio elétrico Tapajós e da Caetanave. Parabenizou o vereador Léo Prates pelo Projeto sobre os *food trucks*, ramo de comércio no qual sua esposa atua. Comentou o apoio do prefeito por conta de incêndio nas casas das palafitas, e a omissão do governador do Estado no mesmo episódio. Pela ordem, o vereador Sabá parabenizou o orador e registrou a presença de Geraldão, de movimento de samba do Terreiro de Jesus. O vereador Cláudio Tinoco informou que a Prefeitura estaria realizando, naquele dia, drenagem na Rua do Gás, no Nordeste de Amaralina, e que, depois da pavimentação asfáltica, lá seria criado um CMEI, atendendo às expectativas dos moradores daquela localidade. Em seguida, mencionando a divulgação da redução dos índices de violência no Estado, lembrou comentário do governador do Estado em que ele comparou policiais armados a artilheiros de futebol, defendendo sua atuação na morte de 12 pessoas. Criticou o *Pacto Pela Vida*, programa do Governo do Estado, considerando-o um engodo, já que, todos os dias, o que se vê são pessoas armadas e toques de recolher nas comunidades. O vereador Edvaldo Brito secundou a vereadora Aladilce Souza no elogio à comemoração da Amab, considerando que o evento demonstrou que os magistrados, apesar das dificuldades no exercício de sua função, são valorosos e merecem os aplausos recebidos. Contou que o ministro Ricardo Lewandowski, presente ao evento, saudou a Casa ao cumprimentar a si e ao vereador Waldir Pires. Em seguida, informou já ter realizado o envio do texto de reforma do Regimento Interno (RI) a todos os vereadores, conforme acordado em reunião do Colégio de Líderes, e mencionou o prazo para envio de sugestões, até 20 de março. O edil voltou a dizer que o Imposto sobre Transmissão de Imóveis Inter-Vivos (ITIV) está sendo cobrado pela Prefeitura antes da ocorrência de seu fato gerador, devido a uma distorção do Código Tributário Municipal. Informou que essa situação resultou no Projeto de Indicação n. 95/15, que pede ao prefeito que determine à Secretaria da Fazenda (Sefaz) alterações normativas que sanem o problema. Ressaltou sua experiência na docência e considerou ser preciso decodificar o conteúdo semântico de "matéria tributária", insculpido no art. 61 da Constituição Federal (CF), tornando a Casa pioneira em romper com a interpretação de que deputados e vereadores não podem legislar a esse respeito. Em seguida, informou que, amanhã, o Projeto sobre a outorga onerosa será apreciada na CCJ, e que já fez sua análise a respeito. Chamou a atenção para o fato de que uma entidade privada fornecerá o cálculo, e para a necessidade de se estar vigilante quanto a isso. O vereador Isnard Araújo comentou sobre as chuvas e o fato de as raízes das árvores, nas cidades, terem dificuldades para absorção da água pluvial. Comentou também o uso excessivo das novas tecnologias de comunicação, contando que seu automóvel sofreu choque com outro veículo, cujo condutor estava manuseando o aplicativo WhatsAPP enquanto dirigia. Comentou seu Projeto para a regulamentação do uso de aparelhos eletrônicos em templos de qualquer religião, que segue a linha de leis já existentes em outros locais. Contou que o uso indevido dos aparelhos tem atrapalhado as liturgias. Em aparte, o vereador Léo Prates atribuiu esse tipo de conduta à falta de gentileza predominante em Salvador, e sugeriu audiência pública sobre o assunto. O orador pediu o apoio do vereador Léo Prates para o seu Projeto. A vereadora Vânia Galvão comentou a reunião de hoje da Comissão da Mulher, na qual se discutiu a presença feminina nos espaços de poder, a violência contra a mulher e outros temas. Homenageou a presidente da República Dilma Roussef pela coragem e determinação, lembrando que ela sofreu nas mãos da Ditadura pós-1964, e veio a se tornar a primeira mulher a exercer a Presidência de um país de dimensões continentais. Afirmou que ela sobreviverá à maior onda de intolerância já vista contra um presidente da República. Disse que o PT aceita e não teme as manifestações contrárias, e informou a realização de ato em defesa da Petrobras e da democracia, na manhã do próximo dia 13, e caminhada pela luta das mulheres, na tarde desse mesmo dia. Lembrou as manifestações reprimidas das quais participou, como uma que foi barrada pelo então prefeito Antônio Imbassahy. Afirmou haver uma crise pseudopolítica, com influência midiática, que alimenta ódio e desrespeita a vontade popular. Comentou o *panelaço* do último domingo, dizendo que foi feito por quem nem sabe onde a panela é guardada, os ricos, cujas empregadas é que manuseiam as panelas. Lamentou a não-aceitação, por parte da elite sócio-econômica, do Governo do PT, partido de origem popular, liderado por um operário, que promoveu a ascensão social dos mais pobres, fato que desagrada os mais ricos. Questionou a razão do *impeachment*, situando-o como expressão desse incômodo dos privilegiados. Em aparte, o vereador Luiz Carlos Suica repudiou esse tipo de "guerra". Em seguida, disse ter estranhado o vereador Cláudio Tinoco dizer que o governador Rui Costa defendeu o artilheiro que vitimou 12 pessoas, quando foi o prefeito ACM Neto quem parabenizou a ação da polícia. Em aparte, o vereador Waldir Pires parabenizou a oradora pela indignação e comentou sobre a velha tradição do golpismo de impedir a democracia, a qual defendeu. A oradora incorporou ao seu discurso as palavras dos que a apartearam. E concluiu dizendo que o ex-presidente Lula tem conclamado as pessoas ao bom senso de respeito à democracia, a qual sempre defenderá por ser expressão da vontade soberana do povo. Pela ordem, o vereador Léo Prates lembrou que o aparte deve se ater ao tema, afirmando que o líder da Oposição tratou de assunto que a oradora não abordou. Em seguida, afirmou que o discurso do ódio, da intolerância e de ricos contra pobres é um discurso imperativo do PT, e considerou que quem ganha eleição tem que unir o País. O vereador Pedrinho Pepê parabenizou a Rede Bahia pelos seus 30 anos. Disse ter votado, na última eleição, em Aécio Neves, porque votara antes em Dilma Roussef, não ficando satisfeito com o seu mandato. Lembrou ter sido a vontade do povo que a levou à Presidência, e observou ser esse mesmo povo que, agora, expressa o desejo por sua saída, insatisfeito com a alta de preço da gasolina e outros problemas. Em aparte, o vereador Gilmar Santiago disse que a eleição teve dois turnos e que a Oposição deve esperar uma nova eleição, em vez de criar o discurso da desestabilização durante o maior período democrático já vivido no Brasil (que atravessou ditaduras em grande parte de sua história). Também em aparte, o vereador Léo Prates disse que o PT foi que criou o discurso da elite contra os pobres, e lembrou que o PT e a Rede Globo atuaram pela derrubada do ex-presidente Fernando Collor, indagando se aquilo não teria sido golpe. Ainda em aparte, o vereador Euvaldo Jorge elogiou o vereador Waldir Pires e defendeu que o Brasil não pode viver um golpe, nem especulações como as que se propagam no WhatsApp, sobre um suposto sequestro de ativos bancários. O vereador Pedrinho Pepê saudou a vereadora Kátia Alves pelo Dia da Mulher, estendendo a saudação a todas as mulheres. Concluiu comentando obras da Prefeitura no asfalto do Cabula VI, que há 35 anos esperava por essa realização e que também receberá um CMEI. O vereador Everaldo Augusto considerou que a população brasileira vive dias confusos e lembrou o longo processo de reconquista da democracia. Disse que, pela quarta vez, o povo optou pela continuidade de um processo de mudanças, e que faz parte do processo democrático aceitar as regras do jogo. Considerou que a elite não está satisfeita com o caminho que vem sendo trilhado e com os resultados até aqui, porque está havendo crescimento eco-

nômico com progresso social. Considerou, ainda, que quem prega o ódio e divisão é a elite, que é comandada por um "consórcio" de partidos de direita, que, por sua vez, são dirigidas por uma mídia monopolista. Disse que esse consórcio também tem influência no Judiciário e nas Forças Armadas. Comentou fala do ministro Marco Aurélio Mello sobre estar em curso um golpe e afirmou que o consórcio tenta reverter a vontade do povo. A vereadora Aladilce Souza considerou esse um debate importante, que deve ser enfrentado com tranqüilidade e responsabilidade. Reiterou as razões para a ameaça de golpe, que giram em torno da ascensão social e econômica de classes menos favorecidas, e não de divergências partidárias. Disse se tratar de ódio de classe e observou que, em outros países, o avanço da democracia se deu, mas não com o ódio visto aqui. Ressaltou que a presidente Dilma Roussef não está envolvida na crise moral e de corrupção que se tem apurado e questionou quem assumiria a Presidência, caso ela fosse destituída. Em aparte, o vereador Pedrinho Pepê respondeu que o vice-presidente Michel Temer a substituiria, e ressaltou suas qualidades. A oradora respondeu que a vontade do povo foi ver Dilma Roussef, e não Michel Temer, presidente do País pelos próximos quatro anos. O vereador Euvaldo Jorge comentou o choque dos brasileiros com a *Operação Lava-Jato*, declarando-se triste com o envolvimento de membros do PP nas acusações levantadas. Disse que o partido não pode ser responsabilizado por eitos individuais, e que também não se pode condenar os nomes apontados antecipadamente, sem o devido processo. Disse que esses membros do PP nunca tiveram o nome enlameado e que espera a punição de quem realmente for culpado. Em aparte, o vereador Léo Prates elogiou o orador por sua grandeza, declarando orgulho em ser seu colega. O vereador Euvaldo Jorge agradeceu e concluiu dizendo crer no que lhe foi dito pelos seus companheiros de partido. E, nada mais havendo, o Senhor presidente Isnard Araújo declarou encerrada a Sessão, antes marcando outra para amanhã, à hora regimental. REGISTROS: registros dos vereadores Aladilce Souza e Paulo Câmara.

PRESIDENTE

1º SECRETÁRIO 2º SECRETÁRIO

EXPEDIENTE DA DIRETORIA ADMINISTRATIVA

RESUMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

DISPENSA Nº	: 03/2015/04/2015
PROCESSO CMS	: 0025/2015
CONTRATANTE	: CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR – CMS
CONTRATADA	: G.S. ELETRÔNICA LTDA.
OBJETO	: Aquisição de Microfones e Conectores.
VALOR TOTAL	: R$ 7.340,00 (sete mil trezentos e quarenta reais)
BASE LEGAL	: Art. 24, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93 e Parecer da Procuradoria Jurídica de nº 085/2015.
DOT. ORÇAMENTÁRIA	: 031.20002.200132. - 44.90.52 /031.20002.200132. – 33.90.30
HOMOLOGAÇÃO	: 09/03/2015

DISPENSA Nº	: 08/2015
PROCESSO CMS	: 0259/2015
CONTRATANTE	: CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR – CMS
CONTRATADA	:TRAT & LIMP DESINFECÇÃO DE RESERVATÓRIOD D' ÁGUA LTDA.
OBJETO	: Serviços de higienização de tanques.
VALOR TOTAL	: R$ 2.360,00(dois mil trezentos e sessenta reais)
BASE LEGAL	: Art. 24, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93 e Parecer da Procuradoria Jurídica de nº 0089/2015.
DOT. ORÇAMENTÁRIA	: 031.20002.200132 - 33.90.39.00
HOMOLOGAÇÃO	:11/03/2015

EXPEDIENTE DA DIRETORIA LEGISLATIVA

RETIFICAÇÃO DE DATAS:

1º - Decreto Legislativo nº 958/2015 – onde se lê "Publicado no DOL de 23/02/2015", leia-se "publicado no DOL de 27/02/2015" e republicado no DOL de 11/03/2015.

2º - No art. 9º do Decreto Legislativo 958/2015, acrescente-se à sua parte "***in fine***", "ficando revogadas..." a expressão "a partir de 01 de agosto de 2015".

Salvador, em 11 de março de 2015.

Benigno Brito Moreira
Diretor Legislativo



Mês da Mulher

A Câmara Municipal de Salvador parabeniza todas as mulheres pelo avanço nas lutas por mais direitos e espaços políticos



acesse o Portal da Câmara Municipal de Salvador

www.cms.ba.gov.br

twitter.com/camarasalvador

facebook.com/camaradesalvador